

N. F. Nº - 207092.0009/22-2
NOTIFICADO - CLWP EÓLICA PARQUE XI S.A.
NOTIFICANTE - LUIZ ROBERTO SANTOS FERREIRA
ORIGEM - DAT METRO / IFEP SERVIÇOS
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 02.06.2023

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0073-05/23NF-VD**

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. NOTAS FISCAIS. FALTA DE REGISTRO NA ESCRITA FISCAL. MERCADORIAS OU SERVIÇOS. MULTA DE 1%. – A Notificada não trouxe aos autos documentação e fundamentação legal capaz de desconstituir a lide. Infração não elidida. Notificação Fiscal **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, **no Modelo Fiscalização de Estabelecimento**, lavrada em **01/09/2022** exige da Notificada multa no valor histórico de R\$ 29.226,97, mais acréscimo moratório no valor de R\$ 3.668,60, perfazendo um total de R\$ 32.895,57, em decorrência do cometimento de uma única infração cujo o período apuratório se fez **em maio de 2019** e nos meses de março, abril, maio, junho, setembro a dezembro do ano de **2020**:

Infração 01 – 016.01.006: Deu entrada no estabelecimento de mercadoria ou serviço **tomado sem o devido registro na escrita fiscal**.

Enquadramento Legal: Artigos 217 e 247 do RICMS, aprovado pelo Decreto de nº 13.780/2012. Multa tipificada no art. 42, inciso IX da Lei nº 7.014/96.

A Notificada se insurge contra o lançamento, através de Advogado, manifestando impugnação apensada aos autos (fls. 49 a 52), protocolizada na IFEP COMÉRCIO (fl. 46).

Em seu arrazoado, inicialmente tratou dos fatos e da fundamentação legal e no tópico **“Descumprimento de Obrigação Tributária Acessória”** destacou que a CLWP XI possui um sistema integrado de recebimento e escrituração de documentos fiscais provenientes da compra de bens destinados ao seu ativo e consumo, e que o recebimento das mercadorias é feito de forma descentralizada, ou seja, as equipes responsáveis se situam no estabelecimento de cada usina de geração eólica, sendo a escrituração fiscal dos documentos feita pelo escritório situado na Matriz da Notificada, que se localiza em Florianópolis/SC.

Apontou que diante do fato, podem ocorrer lapsos temporais entre o recebimento físico e aceite das mercadorias no estabelecimento da Notificada e o envio e escrituração dos documentos fiscais pela sua Matriz.

Registrou que tem suas atividades pautadas em princípios éticos e age dentro da legalidade a fim de manter suas operações fiscais em compliance. Assim, sempre que se identifica documentos não escriturados age para escritura-los e manter a escrita fiscal regular, tanto é fato, que as notas fiscais relacionadas na Notificação Fiscal foram lançadas e declaradas na EFD em data anterior à ciência da fiscalização conforme tabela abaixo:

Nº NF	Data Emissão	Valor	Chave Acesso	Período de referência	Data de Entrega
11388	03/03/2020	4.850,00	22200310690183000259550010000113881000635072	01/08/2022 a 31/08/2022	06/09/2022
4715	18/03/2020	89.157,24	41200309635060000155550010000047151386547202	01/08/2022 a 31/08/2022	06/09/2022
90179	31/03/2020	385.130,47	31200302068925000108550030000901791722744296	01/08/2022 a 31/08/2022	06/09/2022
90180	31/03/2020	380.488,47	31200302068925000108550030000901801728463745	01/08/2022 a 31/08/2022	06/09/2022
21014	29/04/2020	312.121,80	41200482470352000175550010000210141307446671	01/08/2022 a 31/08/2022	06/09/2022
5856	09/06/2020	95.000,00	42200602474103000119550010000058561100360956	01/08/2022 a 31/08/2022	06/09/2022
5901	10/09/2020	22.000,00	42200902474103000119550010000059011100626725	01/08/2022 a 31/08/2022	06/09/2022
18802	23/09/2020	68.400,00	35200960618428000124550010000188021000437123	01/08/2022 a 31/08/2022	06/09/2022
18803	23/09/2020	127.500,00	35200960618428000124550010000188031000437139	01/08/2022 a 31/08/2022	06/09/2022
5257	26/10/2020	20.083,00	41201009635060000155550010000052571172741104	01/08/2022 a 31/08/2022	06/09/2022
5928	03/11/2020	445.000,00	42201102474103000119550010000059281100772010	01/08/2022 a 31/08/2022	06/09/2022
6880	04/11/2020	20.594,42	35201109437269000104550010000068801000089807	01/08/2022 a 31/08/2022	06/09/2022
10249	18/11/2020	11.203,02	23201110690183000178550010000102491008212750	01/08/2022 a 31/08/2022	06/09/2022
5956	30/11/2020	603.769,25	42201102474103000119550010000059561100842934	01/08/2022 a 31/08/2022	06/09/2022
56157	03/12/2020	1.292,00	35201254485735000181550010000561571561570005	01/08/2022 a 31/08/2022	06/09/2022
Total		2.586.589,67			

Afirmou que se considerando que a **ciência da Notificação Fiscal**, por parte da Notificada, **restringe qualquer ação de espontaneidade** pelo contribuinte, a Notificada reconhece que as Notas Fiscais relacionadas abaixo foram escrituradas após a lavratura da infração pelo Notificante e, assim, sendo sujeitas à penalidade pelo descumprimento da obrigação acessória.

Nº NF	Data Emissão	Valor	Chave Acesso	Período de referência	Data de Entrega
2527	24/05/2019	870,00	29190502040313000875550010000025271786724758	01/09/2022 a 30/09/2022	18/10/2022
4	14/05/2020	335.237,22	29200517955471000237550010000000041100296847	01/09/2022 a 30/09/2022	18/10/2022
Total		336.107,22			

Finalizou que perante o exposto, é visível que não houve má fé por parte da Notificada e que todos os documentos evidenciados estão escriturados e devidamente declarados ao fisco baiano, de forma que requer:

- Seja extinta a cobrança da penalidade lançada na Notificação Fiscal de nº. **207092.0009/22-2**, relativa às Notas Fiscais escrituradas anteriormente à ciência da infração.
- Que seja mantida a cobrança da penalidade relativa às notas fiscais escrituradas posteriormente à Notificação Fiscal de nº. **207092.0009/22-2**.

O Notificante prestou Informação Fiscal às folhas 75 e 75vs. onde, em seu arrazoadado, descreveu no tópico “**Alegações do Notificado**” que a Notificada discorreu sobre seu processo de lançamento dos documentos fiscais, que podem causar lapso temporal entre o recebimento físico e o aceite das mercadorias e que age dentro da legalidade a fim de manter suas operações fiscais em compliance. Tanto que apresentou um quadro com Notas Fiscais lançadas antes do recebimento da Notificação Fiscal e que, para estas, solicitou que sejam excluídas considerando que foram escrituradas em data anterior à ciência da Notificação.

Acrescentou que quanto às demais notas solicita que seja mantida a penalidade, visto que foram escrituradas após a ciência da Notificação Fiscal.

Tratou no tópico “**Da Informação Fiscal**” que quanto às argumentações e os pedidos trazidos pela Notificada tem-se a considerar que:

- A Notificada reconhece o cometimento da infração;
- Não questionou o montante levantado;
- As Notas apresentadas foram escrituradas **após iniciada a ação fiscal**, cuja data de ciência do Termo de início de fiscalização ocorreu em 12/07/2022, folha 18, enquanto a escrituração efetuada pela Notificada ocorreu em 06/09/2022 e 18/10/2022.

Finalizou por tudo quanto exposto pela Procedência Total da Notificação Fiscal.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído. É o relatório.

VOTO

A Notificação Fiscal em epígrafe, **no Modelo Fiscalização de Estabelecimento**, lavrada em **01/09/2022** exige da Notificada multa no valor histórico de R\$ 29.226,97, mais acréscimo moratório no valor de R\$ 3.668,60, perfazendo um total de R\$ 32.895,57, em decorrência do cometimento de uma única infração (16.01.06) de **dar entrada** no estabelecimento de mercadoria, bens ou serviço sem o devido registro na escrita fiscal cujo período apuratório se fez **em maio de 2019** e nos meses de março, abril, maio, junho, setembro a dezembro do ano de **2020**.

O enquadramento legal utilizado baseou-se nos artigos 217 e 247 do RICMS, aprovado pelo Decreto de nº 13.780/2012 e multa tipificada no art. 42, inciso IX da Lei nº 7.014/96.

Inicialmente, constato que o presente lançamento foi efetuado de forma compreensível, foram indicados os dispositivos infringidos e da multa aplicada relativamente às irregularidades apuradas, não foi constatada violação ao devido processo legal e a ampla defesa, sendo o imposto e sua base de cálculo apurados consoante os levantamentos e documentos acostados aos autos, e não se encontram no presente processo os motivos elencados na legislação, inclusive os incisos I a IV do art. 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade da Notificação Fiscal.

Em apertada síntese, a Notificada, em sua impugnação, considerando que **a ciência da Notificação Fiscal restringe qualquer ação de espontaneidade** reconheceu que as Notas Fiscais de nºs. 2.527, emitida em 24/05/2019 (R\$ 870,00) e 04 emitidas em 14/05/2020 (R\$ 335.235,22), totalizando o montante de R\$ 336.107,22, **foram escrituradas após a lavratura da infração** pela Notificada e, assim, sendo sujeitas à penalidade pelo descumprimento da obrigação acessória. De forma adversa, as Notas Fiscais de nºs. 11.388, 4.715, 90.179, 90.180, 21.014, 5.856, 5.901, 18.802, 18.803, 5.257, 5.928, 6.880, 10.249, 5.956, e 56.157 que totalizam o montante de R\$ 2.586.589,67, foram escrituradas antes da lavratura da notificação devendo ser extinta a cobrança da penalidade lançada.

No arrazoado da informação do Notificante consignou que as Notas Fiscais apresentadas foram escrituradas **após iniciada a ação fiscal**, cuja data de ciência do Termo de início de fiscalização ocorreu em 12/07/2022, folha 18, enquanto a escrituração efetuada pela Notificada ocorreu em 06/09/2022 e 18/10/2022, mantendo a procedência total.

Entendo que no mérito a lide do presente processo **exige multa por descumprimento de obrigação acessória**, em decorrência de **entrada no estabelecimento de mercadorias tributáveis** sem o devido registro na escrita fiscal, com fulcro nos artigos 217 e 247 do RICMS/BA, e a multa imposta fora a que consta no artigo 42, inciso IX da Lei nº 7014/96.

Preliminarmente é necessário fazer-se entender que a denúncia espontânea é um instituto previsto no Código Tributário Nacional - CTN por meio do qual o devedor, **antes que o Fisco instaure contra ele qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização**, confessa para a Fazenda que praticou uma infração tributária e paga os tributos em atraso e os juros de mora. A denúncia espontânea é também chamada de "confissão espontânea" ou "autodenúncia".

Art. 138. A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

Parágrafo único. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

De mais a mais, os procedimentos relacionados à Retificação do SPED Fiscal estão dispostos no Ajuste SINIEF 02/2009, onde nos incisos I e II da Cláusula Décima Terceira assenta-se o prazo para

a **retificação independentemente** de autorização da administração tributária, sendo que o prazo máximo, para retificação e não do envio, se faz no inciso II até o último dia do terceiro mês subsequente ao encerramento do mês da apuração, e em seu parágrafo 7º ficou-se estabelecido **que não se produzirá efeitos a retificação de EFD de período de apuração que tenha sido submetido ou esteja sob ação fiscal**, sendo que poder-se-á produzir efeitos no interesse da administração tributária conforme § 8º.

Assim, da legislação afixada, a Notificada fora intimada do Termo de Início de Fiscalização na data de 12/07/2022 (fl. 18), através do Domicílio Tributário Eletrônico – DTE, com ciência na mesma data, tendo-se **considerado iniciado o procedimento fiscal** com a lavratura deste termo conforme os ditames do Código Tributário do Estado da Bahia (COTEB) em seu art. 127, inciso III e do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal – RPAF em seu art. 28, inciso I, estando, portanto, a Notificada excluída da denúncia espontânea, e não poder-se-ia ter realizado nenhum procedimento retificador de sua Escrituração Fiscal Digital sem autorização da administração tributária.

Salienta-se o equívoco interpretativo da defesa da Notificada quando da possibilidade de escrituração da Notas Fiscais em sua EFD, **antes da ciência da lavratura da Notificação Fiscal** em detrimento do estabelecido na legislação vigente de se ocorrer **antes do início** de que o Fisco instaurasse **qualquer** procedimento administrativo ou medida de fiscalização.

Isto posto, voto pela PROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância ÚNICA, julgar **PROCEDENTE** a Notificação Fiscal nº **207092.0009/22-2**, lavrada contra **CLWP EÓLICA PARQUE XI S.A.**, devendo ser intimada, a Notificada, para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$ 29.226,97**, prevista no art. 42, inciso IX, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios previstos na Lei nº 9.837/05.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 15 de maio de 2023.

VLADIMIR MIRANDA MORGADO – PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

EDUARDO DUTRA FREITAS – RELATOR